

**ANEXO E - SESSÃO ORGANIZADA (SORG) PARA EVENTO INTERNACIONAL**

**ENTRE PRÁTICAS E CATEGORIAS: PROBLEMATIZANDO A GOVERNANÇA  
EM TERRITÓRIOS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS SITUADAS<sup>1</sup>**

**Coordenador (a):**

Sandra Mara de Alencar Schiavi, Universidade Estadual de Maringá (UEM)

**Apresentadores (as):**

Sandra Mara de Alencar Schiavi, Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Itaan de Jesus Pastor Santos, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Ademir Antonio Cazella, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Evandro Carlos Costa Neves, Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Justificativa**

A proposição deste espaço de discussão justifica-se pela necessidade de problematizar abordagens ainda predominantes que tratam a governança territorial como um modelo normativo, estável e replicável. No âmbito da Iniciativa Amazônia+10, as experiências relativas à projetos desenvolvidos em quatro estados (Pará, Maranhão, Paraná e Santa Catarina) evidenciam uma diversidade de arranjos, práticas e desafios que não se deixam capturar por categorias analíticas rígidas. Embora revelem iniciativas inovadoras, tais experiências mostram que sua efetividade depende de condições concretas, como a capacidade de mobilização social, a densidade institucional e o reconhecimento das assimetrias de poder que configuram os territórios. Diante disso, torna-se fundamental criar um espaço que permita não apenas a apresentação de resultados, mas a reflexão crítica sobre os próprios enquadramentos analíticos que orientam essas pesquisas. Inspirado na provocação de Donna Haraway de “permanecer com o problema”, este espaço propõe deslocar o foco da busca por soluções universalizáveis para a qualificação das perguntas que orientam a análise. Trata-se de reconhecer que impasses, tensões e ambiguidades não são desvios, mas elementos constitutivos das dinâmicas de desenvolvimento territorial. Ao reunir experiências diversas, a proposta aposta no potencial de abordagens relacionais para evidenciar como a complexidade se manifesta de forma específica e, ao mesmo tempo, interconectada em diferentes territórios. Assim, os casos empíricos deixam de ser meras ilustrações e passam a tensionar e transformar as próprias categorias de análise, contribuindo para uma compreensão mais situada, reflexiva e crítica da governança territorial.

---

<sup>1</sup> Esta seção organizada compreende resultados de projeto de pesquisa intitulado "Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos", Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, com fomento das seguintes agências de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesp), Edital Suplemento nº 28/2022; Fundação Araucária TC n. 22/2023; Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) Processo ACT 09209/2022; Fundação de Amparo à Estudos e Pesquisas do Estado do Pará (Fapespa) Termo de Outorga 098/2023; e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) processo 422171/2023-9.

## 1. Velhos problemas, novos olhares? Dilemas e desafios da governança em territórios no Paraná<sup>2</sup>

Sandra Mara de Alencar Schiavi<sup>3</sup>

Diante do atual contexto de crises múltiplas – ecológicas, econômicas, políticas e institucionais – acirram-se discussões sobre desenvolvimento territorial, sustentabilidade, segurança alimentar, e justiça social, alimentar e espacial, com vistas à transição para sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis. Reflexões sobre novas formas de enfrentamento e transformação da realidade emergem, demandando estratégias multidimensionais, intersetoriais e pluralistas. Nesse sentido, considerar “novos” caminhos para a transformação de sistemas agroalimentares se faz urgente, o que envolve um olhar crítico sobre as interações, articulação, cooperação e conflitos entre atores sociais, coletivos, entidades e instituições. Este trabalho busca contribuir com discussões sobre a governança para transformação de sistemas agroalimentares em territórios no Paraná, perpassando elementos do tão discutido desenvolvimento territorial sustentável.

Elementos teórico-conceituais e empíricos em torno de temáticas como desenvolvimento territorial sustentável, sistemas agroalimentares e governança foram abordados teoricamente e junto a diferentes atores do território, levando em conta certa diversidade epistemológica. As noções de desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial sustentável (DTS) tratam de abordagem holística, e visa a criar equilíbrio entre crescimento econômico, bem-estar social e saúde ambiental (FAO, 2024). Discussões sobre o DTS colocam em relevância: uma visão sistêmico-complexa; o planejamento e a gestão de territórios sustentáveis; as diferentes noções de território (território-dado, território-construído, território-redes etc.); novas abordagens teórico-metodológicas; e a pluralidade de sujeitos territoriais (humanos e não humanos) (DALLABRIDA et. al, 2021). Em tese, o processo de transformação de uma determinada área rural busca fomentar a transformação produtiva e impulsionar mudanças institucionais equitativas, eficientes e ecologicamente corretas, a fim de melhorar as condições de vida da população e reduzir a pobreza rural (FAO, 2024).

Ao se considerar sistemas agroalimentares, observa-se grande complexidade em termos de seus componentes (atividades, atores e interações), de barreiras e direcionados de mudanças, e de resultados (*feedbacks* e *outcomes*), sendo a escala territorial e a governança elementos centrais de análise (HOSPES; BRONS, 2016). A governança de sistemas agroalimentares sustentáveis perpassa aspectos em diferentes níveis e escalas, envolvendo, por exemplo: a orquestração de uma diversidade de políticas e sistemas; o aparato institucional formal e informal – incluindo elementos simbólicos e culturais; a interação entre os diferentes atores; e o controle e as relações de poder (DONNER; MAMÈS; DE VRIES, 2024). Nesse sentido, a governança de sistemas agroalimentares para sustentabilidade deve envolver: a colaboração multi-atores em diferentes escalas e setores; uma governança mais integrativa e democrática com responsabilidade compartilhada e atenuação das assimetrias de poder, e a reorganização e priorização de

<sup>2</sup> Este resumo expandido é resultado de dois projetos institucionais, coordenados pela primeira autora, ambos com financiamento da Fundação Araucária: (1) Projeto de extensão “Liderança feminina em agrossistemas sustentáveis: reconhecendo o papel das mulheres para a sustentabilidade em cadeias de valor no Paraná” (TC 598/2022- FA); e (2) Projeto de pesquisa “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos”, desenvolvido no âmbito da Iniciativa Amazônia+10 (CP Confap 003/2022) (TC 22/2023 – FA).

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA) da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

princípios e valores, com destaque para a justiça alimentar (DONNER; MAMÈS; DE VRIES, 2024). Ressalta-se ainda que a governança é considerada sob diferentes perspectivas: inclusiva, adaptativa, participativa, colaborativa, policêntrica, multinível, transformativa, transitiva, apenas para citar algumas (KORHONEN-KURKI et al., 2025). Todos esses elementos indicam a complexidade que envolve a governança para transformação de sistemas agroalimentares sustentáveis em territórios.

Construído em uma perspectiva interdisciplinar e a partir de triangulação de métodos (DALLABRIDA et al., 2021), o estudo predominantemente de natureza qualitativa e com pesquisa-ação participativa (THIOLLENT, 2011) se desenvolveu por meio de trabalho de pesquisa e de extensão, incluindo projeto desenvolvido no âmbito da iniciativa Amazônia+10. Diante de problemas sociais e científico complexos e os consequentes desafios epistemológicos do conhecimento, entendeu-se a necessidade de articulação entre diferentes campos do saber, da troca de referenciais teóricos e metodológicos e da produção de novos conceitos e práticas científicas, indicando uma reflexão crítica e integrativa acerca conceitos previamente forjados. Pela pesquisa-ação participativa, buscou-se tecer encontros entre teoria e prática, em um processo de produção e socialização do conhecimento pelos diferentes sujeitos envolvidos, para construção coletiva de novos modos de pensar e agir cientificamente (THIOLLENT, 2006; 2011). Desse modo, o estudo envolveu levantamento bibliográfico, análise documental, entrevistas com atores-chave, e aplicação de questionários e realização de oficinas com pesquisadores universitários (eixo acadêmico-científico), técnicos da extensão rural e assistência técnica oficial do estado (eixo técnico-extensionista), representantes de secretarias municipais de agricultura (eixo político), e coletivos de produtoras e produtores rurais na região norte do Paraná (eixo social-produtivo).

O trabalho se desenvolveu em torno de uma pergunta central abrangente: quais possíveis caminhos para lidar com problemas e desafios presentes no território? Para tanto, fez-se necessário a indicação de problemas e desafios enfrentados, trazendo uma perspectiva longitudinal a partir do delineamento das trajetórias dos grupos em oficinas. Como principais resultados, primeiramente destaca-se grande diversidade de atores, envolvendo desde indivíduos, coletividades, entidades públicas e privadas, e organizações da sociedade civil, muitas vezes não articulados e com interesses divergentes. Por desdobramento, relata-se diversidade de olhares sobre os elementos centrais (sistemas agroalimentares, governança e desenvolvimento territorial sustentável): percepções distintas entre os atores – inclusive dentro de um mesmo grupo – indicaram certo dissenso de propósitos e objetivos, o que compromete o alinhamento necessário para a governança. Além disso, observou-se predomínio de abordagem econômica para o desenvolvimento, frequentemente valorizando modelos hegemônicos de produção (especialmente grãos, cana-de-açúcar, pecuária bovina e avicultura de corte), ainda que envolvendo a agricultura familiar. Em termos de governança, há um predomínio da perspectiva *top-down*, a ser estabelecida majoritariamente pelo poder público (prefeituras, órgãos governamentais, universidades etc.). A abordagem facetada e o olhar disciplinar prevaleceram ao longo de todo o processo, frequentemente associados a uma visão imediatista, individualista, utilitarista e assistencialista por parte dos atores, em todos os eixos. Ressalta-se especialmente a postura passiva de grupos de atores, tais como produtores rurais (indivíduos e coletivos), em que a fragilidade em termos de agência compromete o potencial de ativação dos atores do território e o desenvolvimento territorial.

O olhar individualista e facetado afeta a compreensão inicial dos reais problemas e demandas do território, inclusive ao se considerar a definição de projetos prioritários de extensão rural nos territórios, muitas vezes com recorte disciplinar e não integrado. Observou-se ainda carência de competências técnicas e de planejamento e gestão para lidar com a complexidade dos problemas encontrados. Por fim, observou-se a prevalência de aspectos políticos (como calendário

eleitoral e motivações eleitoreiras e partidárias), em detrimento de interesses mais amplos e de longo prazo dos territórios.

Por fim, confirmou-se grande complexidade nos territórios: *wicked problems* não se mostram apenas complexos, mas também mal definidos, ambíguos, únicos, contestados e altamente resistentes a soluções, indicando que os problemas de hoje emergem como resultado da tentativa de compreender e resolver os problemas de ontem (RITTEL; WEBER, 1973). Assim, tais problemas exigem uma perspectiva de governança diferente daquela propagada pela lente de resolução de problemas (CANDEL, 2014). Nesse aspecto, destacam-se os riscos do *loop* do “não desenvolvimento territorial sustentável”, em que as distorções de percepções, atitudes e ações fragmentadas, desconexas e divergentes podem reforçar falhas conjunturais e estruturais, e perpetuar problemas antigos nos territórios.

### Referências bibliográficas

CANDEL, J. J. L. Food security governance: a systematic literature review. **Food Security**, [s. l.], v. 6, n. 4, p. 585–601, ago. 2014. DOI <https://doi.org/10.1007/s12571-014-0364-2>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12571-014-0364-2>. Acesso em: 7 fev 2025.

DALLABRIDA, V. R. et al. Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju: revista brasileira de desenvolvimento territorial sustentável**, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 8–80, jan./jun. 2021. DOI <https://doi.org/10.5380/guaju.v7i1.80437>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80437>. Acesso em: 15 jul 2023.

DONNER, M.; MAMÈS, M.; DE VRIES, H. Towards sustainable food systems: a review of governance models and an innovative conceptual framework. **Discover Sustainability**, [s. l.], v. 5, n. 1, art. 414, 2024. DOI <https://doi.org/10.1007/s43621-024-00648-x>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s43621-024-00648-x>. Acesso em: 19 mai 2025.

HOSPES, Otto; BRONS, Anke. Food system governance: a systematic literature review. In: KENNEDY, Amanda; LILJEBLAD, Jonathan (ed.). **Food Systems Governance**. London: Routledge, 2016. cap. 2. DOI <https://doi.org/10.4324/9781315674957-2>. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315674957-2/food-system-governance-otto-hospes-anke-brons>. Acesso em: 28 mai 2024.

KORHONEN-KURKI, K. et al. Transformative governance: Exploring theory of change and the role of the law. **Earth System Governance**, [s. l.], v. 23, art. 100230, 2025. DOI <https://doi.org/10.1016/j.esg.2024.100230>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589811624000302>. Acesso em: 11 ago 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **AGROVOC**: multilingual thesaurus. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://agrovoc.fao.org/>. Acesso em: 18 nov 2025.

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy Sciences**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 155–169, jun. 1973. DOI <https://doi.org/10.1007/BF01405730>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01405730>. Acesso em: 22 set 2025.

THIOLLENT, M. (org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. ISBN 978-85-249-1716-5.

## 2. Estratégias de governança no território da cidadania Campos e Lagos maranhenses

Itaan de Jesus Pastor Santos<sup>4</sup>

O Território da Cidadania Campos e Lagos se estrutura a partir do Programa Nacional de Territórios Rurais (PRONAT), criado dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003. Nesse ano, foram criados quatro territórios no Maranhão. O Território dos Campos e Lago foi criado em 2008, já como território da cidadania. Desde então, sofreu uma mudança se transformando em Territórios da Cidadania, sendo encerrado quando do impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão à presidência de Michel Temer em 2016 que encerrou o ministério e o programa, sendo reestruturado em 2023 com a recriação de ambos. Desde sua instalação o PRONAT estabeleceu a criação de territórios em parte dos estados brasileiros e esses territórios foram estimulados a se auto-organizar através de estrutura central de governança denominada Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER). A lógica da promoção do desenvolvimento sustentável a partir uma estrutura colegiada foi um teste para se avaliar as capacidades territoriais de gerenciamento de políticas públicas, mas também de como funcionavam os programas e projetos cujo direcionamento se deram através de organizações da sociedade civil.

Para esse tipo de governança, o MDA propôs que o CODETER fosse estruturado a partir de um equilíbrio de organizações públicas e da sociedade civil com representações de todos os municípios que fizessem parte do território. Entendia-se que esse modelo permitiria uma boa governança, considerando para tanto referenciais como: existência de foco, mecanismos de operacionalização, transparência, participação, representatividade, responsabilidade, coerência, confiança, subsidiariedade e autonomia (PIRES, 2003).

A construção desse colegiado se dava a partir das equipes locais de cada município. Nos municípios essa equipe era escolhida a partir de um fórum local do qual fazia parte todas as organizações locais, do poder público e da sociedade civil. Entre o conjunto das organizações algumas eram escolhidas de forma paritária entre aquelas da sociedade civil e as do poder público. Era o conjunto dessas organizações que definiam o tamanho e a dinâmica de funcionamento do colegiado.

O colegiado, então, era um conjunto heterodoxo de organizações diversas que incluíam as secretarias municipais e, por vezes, órgãos estaduais e federais e diversas organizações da sociedade civil que incluíam sindicatos de trabalhadores rurais, sindicatos de agricultores familiares, sindicatos de pescadores, associações diversas, organizações não governamentais. Ainda que houvesse experiências semelhantes das quais essas organizações fizessem parte, a estratégia de desenvolvimento territorial fugia aos modelos em que participavam de maneira mais sistêmica. Dessa forma a ideia de uma boa governança ficou sem apresentar uma clareza quanto à sua interpretação e os resultados nunca foram os mais adequados para a proposta estabelecida.

Durante o período que ficou desarticulado por conta da extinção da política territorial, o colegiado de desenvolvimento territorial manteve uma dinâmica de funcionamento com várias instituições que se organizaram para continuar acompanhando as políticas públicas que

---

<sup>4</sup> Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

poderiam potencializar os espaços locais. Foi dentro desse espaço temporal que foi implantado o projeto territorial “Inovação e Transição Sustentável: Cesta de Bens e Serviços em Territórios Amazônicos”. O texto trabalhado procura considerar o papel do colegiado de desenvolvimento territorial dos Campos e Lagos na implantação e nos processos de mediação do projeto.

Nos primeiros momentos de implantação do projeto, a equipe estabeleceu um diálogo com as mais diversas instituições que estavam na gestão do território para um acordo considerando que a proposta tinha como perspectiva o desenvolvimento territorial dos Campos e Lagos. A princípio a ideia era inserir o projeto na lógica do funcionamento do colegiado territorial e que as decisões sobre o projeto fossem compartilhadas em todos os aspectos da sua execução.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial dos Campos e Lagos é composto, de acordo com o seu regimento interno, por 48 instituições municipais, sendo 24 do poder público e 24 da sociedade civil. Além destas, juntam-se 8 instituições que executam ações territoriais, sejam entres estaduais ou federais. O processo de decisão interno ao colegiado era feito em dois níveis, dependendo da importância do tema. O primeiro nível era o Núcleo Diretivo, composto por seis instituições, dentro de um processo paritário que inclui um representante para cada dois municípios, um representante do poder público e outro da sociedade civil, além da paridade de gênero. Havendo necessidade as decisões iriam para a assembleia geral.

Historicamente essas decisões raramente iam para a assembleia geral, considerando que os assuntos debatidos nunca criaram dificuldades para que o núcleo diretivo alcançasse um consenso, ainda que todos entendessem que o conflito fazia parte do processo de governança e que a relação entre poder público e sociedade civil nunca era fácil, em especial porque havia nesse colegiado representações de diversos municípios cujas posições políticas dos gestores constantemente eram divergentes. Durante o tempo que funcionou regularmente houve alguns desses momentos conflitivos como apontaram alguns dos seus representantes que permaneciam participando.

O projeto apresentado buscava analisar a partir dos olhos dos próprios moradores que bens, produtos ou serviços existentes nas comunidades eram tipicamente importantes e/ou estratégicos a ponto de ser apresentado a agentes externos a essas comunidades ou ao próprio território de forma a se tornar um ativo importante a esses detentores do conhecimento e do controle. Essa abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) é um instrumento de análise e de formulação de estratégias de desenvolvimento territorial baseada na diferenciação do território por meio da especificação dos seus produtos (DE PAULA, 2019), e sendo assim, estava perfeitamente compatível com regimento interno no seu artigo terceiro, incisos II (que propõe a formulação de estudos e pesquisas que promovam o desenvolvimento do território), IV (que trata do apoio para implementação de projetos para o território).

Como a metodologia do projeto exigia a participação das populações locais, as relações estabelecidas partiram de um processo de concertação que incluiu uma consulta aos moradores de diversas comunidades do território. O projeto foi apresentado em oito dos doze municípios do território, pois o período da sua implementação coincidiu com o período em que o colegiado não estava funcionando com toda a sua potencialidade. Assim, para que a participação acontecesse com maior efetividade, a apresentação se deu para as equipes locais, permitindo a participação do conjunto das instituições municipais. Em alguns municípios essa consulta aos moradores foi mais produtiva, considerando o tipo de instituição que representa cada município no colegiado e sua capacidade de articulação local. Em alguns casos, houve conflitos de interesses quando os secretários municipais de agricultura eram criadores de búfalos e o produto leite de búfalas e seus respectivos subprodutos foram identificados como um produto de qualidade territorial capaz de se tornar um grande ativo territorial e a reação de representantes das secretarias de meio ambiente e de instituições ligadas aos pescadores artesanais e agricultores familiares contrários ao modelo de criação desses animais no território.

Esse produto está na base de todas as negociações estabelecidas dentro do colegiado e serve de referência para entender tanto a lógica de recurso territorial proposta por Pecqueur (2022) quanto a questão da governança territorial apresentada por Dallabrida (2006). Entre a sua introdução nos idos de 1950 e a ocupação dos campos naturais da Baixada Ocidental Maranhense em função de um modelo de criação vegetativo e sem qualquer tipo de manejo, o búfalo passou de uma solução geradora de renda para os agricultores do território para um problema de perturbadores da dinâmica ambiental dos campos naturais e grandes causadores da desestruturação das roças feitas pelos agricultores familiares.

No entanto, considerando que o leite de bubalinos tem grandes vantagens competitivas quando comprado com leite bovino, o debate interno nos diversos espaços do colegiado acabou por conseguir alcançar uma solução consensual com uma proposta de que o produto do leite de búfalas só seria indicado para compor a Cesta de Bens e Serviços Territoriais se os produtores criassem os animais dentro das normas ambientais e de bem-estar animal, o que significava dar qualidade ao produto incluído. Nesse sentido, ficou muito claro que esse produto só existiria dentro de uma perspectiva coletiva com a participação dos diversos atores sociais, e essa construção envolve um sistema de governança territorial.

De acordo com Dallabrida (2006), um dos aspectos mais citado sobre governança na literatura científica está relacionado com os processos de negociação entre os atores sociais, incluindo os procedimentos e as práticas, a gestão das interações e das interdependências que desembocam ou não em sistemas alternativos de regulação, o estabelecimento de redes e mecanismos de coordenação. Na definição do leite de búfala como um produto estratégico territorialmente capaz de liderar outros recursos territoriais, o que ficou mais claro nas reuniões do colegiado territorial foi a negociação entre os atores sociais existentes no território, sejam aqueles oficializados no colegiado ou outros atores que fazendo parte do território não estavam entre os membros institucionais do colegiado, mas se incluíam nos fóruns municipais que originavam as equipes locais.

Assim, a caracterização conceitual do Colegiado de Desenvolvimento Territorial proposto pelo MDA quando do estabelecimento da política de desenvolvimento territorial que relacionava ser composto por representações institucionais do poder público e da sociedade civil definidos com um número limitado a partir da indicação nos municípios, e que se reúnem a partir de uma assembleia territorial, não representa a capacidade dos colegiados de fazer a gestão territorial quando há abertura para a participação social. É o que Czempiel (2000) conceitua como governança: a capacidade de fazer coisas sem a competência legal para ordenar que elas sejam feitas.

A inserção do enfoque teórico da CBST no Maranhão como parte do projeto “Inovação e transição sustentável: cesta de bens e serviços em territórios amazônicos” tinha como um dos seus princípios metodológicos a análise da governança territorial nos territórios escolhidos e, a caracterização dos recursos existentes capazes de fomentar uma renda territorial de qualidade. No Território da Cidadania Campos e Lagos, a inventariação dos recursos existentes passou por dentro do Colegiado de Desenvolvimento Territorial a partir das equipes locais de oito municípios. A definição do leite de búfalas e seus subprodutos como o recurso principal a ser ativado se deu entre conflitos e consensos que representam os referenciais dos processos de governança existentes no território. A partir de um sistema que relacione a produção sustentável da bubalinocultura, a agroindustrialização do leite e de uma rede de comercialização dos subprodutos, será possível articular outros produtos do agroextrativismo territorial em um turismo de base comunitária que envolva, ainda, outros recursos apontados nas reuniões das equipes locais como o ambiente natural e a rica cultura das comunidades tradicionais.

## Referências bibliográficas

- CZEMPIEL, Ernst-Otto. Governança e democratização. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 335-362.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 3., 2006, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.
- DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento & território: abordagens do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- DE PAULA, Leandro. **Cesta de bens e serviços territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a serra catarinense?** 2019. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- PECQUEUR, B. O recurso territorial: uma oportunidade para o desenvolvimento local. In: PIRES, E. L. S. (org.). **Governança de territórios em desenvolvimentos desiguais: uma análise crítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, 668p.

## 3. Governança territorial: das receitas ilusórias ao senso prático<sup>5</sup>

Ademir A. Cazella<sup>6</sup>

A territorialização de políticas públicas tem sido amplamente mobilizada como crítica aos modelos centralizados e uniformizadores, historicamente incapazes de responder às heterogeneidades sociais, econômicas e ambientais dos diferentes espaços. Ao reconhecer o território como uma construção histórica e relacional, essa abordagem desloca o foco da política pública — de um conjunto de normas abstratas — para um processo situado, dependente das capacidades institucionais locais e das dinâmicas sociais específicas.

Como destacam Lima e D’Ascenzi (2013), a implementação das políticas públicas resulta da interação entre desenho institucional, capacidades organizacionais e contexto territorial. Nessa perspectiva, a efetividade da ação pública não pode ser compreendida apenas a partir de sua formulação, mas depende de processos de coordenação intersetorial, de arranjos de governança multinível e da participação ativa dos atores locais. Contudo, o simples reconhecimento do território como espaço estratégico não assegura, por si só, melhores resultados. A territorialização exige mediações práticas, interpretações situadas das normas e adaptações contínuas às condições concretas de cada contexto.

---

<sup>5</sup> A elaboração deste trabalho teve contribuições dos seguintes projetos de pesquisa: i) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Edital Suplemento nº 28/2022; ii) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022.

<sup>6</sup> Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e assessor no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

É nesse debate que se insere a noção de governança territorial, frequentemente apresentada como uma renovação da ação pública. Essa perspectiva enfatiza a ampliação da participação da sociedade civil nos processos de formulação e gestão das políticas, buscando construir mecanismos mais horizontais e colaborativos de tomada de decisão (SOTOMAYOR, 2015). Como argumenta Le Galès (2014), embora não seja propriamente uma novidade, a ideia de governança ganha centralidade diante das dificuldades do Estado em responder, de forma isolada, a problemas cada vez mais complexos.

Nesse sentido, a governança pode ser entendida como um processo de coordenação entre atores, grupos sociais e instituições — públicas e privadas — com o objetivo de alcançar metas coletivamente definidas. Trata-se de um arranjo que envolve redes, normas, práticas e instrumentos que orientam a ação pública e contribuem para a sua legitimidade e efetividade (LE GALÈS, 2014). Quatro elementos são particularmente relevantes nessa abordagem: (i) o policentrismo institucional, com compartilhamento de poder entre diferentes organizações; (ii) a fluidez das fronteiras entre público e privado, ampliando a inclusão da sociedade civil; (iii) a centralidade dos processos — e não apenas dos conteúdos — na ação pública; e (iv) a adoção de instrumentos mais flexíveis, horizontais e cooperativos.

Entretanto, a difusão do conceito de governança também tem sido acompanhada por críticas importantes. Em muitos casos, a chamada “boa governança” se traduz em formulações normativas idealizadas, pouco ancoradas nas condições reais de implementação. Há o risco de se produzir uma espécie de “receituário” que, ao enfatizar a participação e a cooperação, acaba por obscurecer o papel estratégico do Estado ou transferir responsabilidades sem garantir as condições efetivas para sua realização. Nesse sentido, a governança territorial precisa ser analisada a partir de sua praticabilidade, ou seja, de sua capacidade concreta de mobilizar atores, articular interesses e produzir resultados no território. Um aspecto relevante reside no fato da maioria dos territórios se caracterizar pela coexistência de modelos distintos de desenvolvimento (GASSELIN et al., 2021). Essa condição implica, também, na coexistência e confrontação de distintos arranjos de governança territorial, que podem, ou não, gerar complementaridades funcionais e propiciar inovações alinhadas com os princípios do desenvolvimento sustentável.

É justamente a partir dessa tensão entre formulações normativas e práticas territoriais que este trabalho se estrutura. O objetivo é analisar a emergência de um arranjo de governança territorial no oeste de Santa Catarina, tomando como base empírica iniciativas coletivas vinculadas à agricultura familiar e, em particular, à Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara). Os principais procedimentos metodológicos estão associados a uma pesquisa da Iniciativa Amazonas +10, que contou com diversas etapas de pesquisa de campo neste território: entrevistas com lideranças de organizações territoriais, inventário de agroindústrias familiares formais e informais, aplicação de questionários junto a dezessete agroindústrias familiares, entrevistas com gestores de empreendimentos de agroturismo, observação participante de reuniões de um fórum territorial da agricultura familiar e aplicação de um painel de indicadores relacionado ao enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais.

A trajetória desse território remonta à década de 1980, quando agricultores familiares, em grande medida excluídos dos sistemas de integração com as agroindústrias de carnes e leite, passaram a organizar ações sociopolíticas voltadas à construção de alternativas de desenvolvimento rural. Em 1989, foi criada a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), com apoio de setores progressistas da Igreja Católica, com o objetivo de fomentar projetos produtivos baseados na cooperação entre famílias agricultoras.

Nos anos 1990, esse movimento se desdobra na constituição de cooperativas de crédito rural, inserindo o território na construção de um sistema nacional de cooperativismo de crédito de base solidária. A Crediseara, fundada em 1994, é uma expressão relevante desse processo.

Atualmente, reúne mais de 6.000 associados, majoritariamente integrantes de unidades agrícolas familiares, e atua de forma mais intensa em seis municípios com forte predominância rural.

A partir de 2008, observa-se um novo avanço institucional com a criação de um fórum que articula dezenove organizações vinculadas à agricultura familiar. Esse espaço reúne cooperativas descentralizadas, sindicatos, agroindústrias familiares, associações de comercialização direta, iniciativas de certificação participativa da produção orgânica, casas familiares rurais e grupos com diferentes vocações produtivas e culturais. Destaca-se, nesse processo, a expressiva participação de mulheres agricultoras, inclusive em posições de liderança, como evidencia a presidência feminina da Crediseara.

As pesquisas realizadas no território indicam a centralidade das agroindústrias familiares como eixo estruturante da valorização de recursos territoriais, tanto tangíveis quanto intangíveis. O levantamento mais recente identificou 45 agroindústrias formalizadas e número equivalente de unidades informais de processamento. Esse resultado está diretamente associado à construção de sistemas territoriais de vigilância sanitária, bem como à adoção de estratégias coletivas de diferenciação, como a marca “Sabor Colonial” coordenada inicialmente pela Apaco e, atualmente, por uma cooperativa central. Paralelamente, iniciativas como o turismo rural de base comunitária ampliam as possibilidades de diversificação econômica e valorização do território.

Apesar desses avanços, o arranjo institucional observado ainda apresenta limites importantes. O fórum de entidades pode ser interpretado como um arranjo, dentre outros, de governança territorial, mas sua atuação permanece concentrada em um município polo e restrita, em grande medida, a uma única categoria socioprofissional. Além disso, persistem lacunas significativas no que se refere à inclusão de outros grupos sociais relevantes, como populações indígenas presentes no território e trabalhadores urbanos — muitos deles migrantes — vinculados às agroindústrias empresariais.

Esses elementos evidenciam que, embora existam práticas inovadoras e potencialmente estruturantes, a governança territorial não se realiza plenamente como modelo acabado. Ao contrário, ela se configura como um processo em construção, marcado por avanços, contradições e disputas. Mais do que aderir a modelos normativos de “boa governança”, o caso analisado reforça a importância de compreender o “senso prático” das ações territoriais, ou seja, as condições concretas que permitem — ou limitam — a articulação entre atores, a construção de agendas comuns e a produção de resultados efetivos.

Assim, este trabalho contribui para o debate ao evidenciar que a governança territorial não deve ser tratada como um ideal abstrato, mas como um processo situado, cuja efetividade depende da capacidade de mobilização social, da densidade institucional e do reconhecimento das assimetrias de poder presentes no território.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, I. T. et al. Measuring the maturity of the basket of territorial goods and services: evidence from Southern Brazil. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, [s. l.], v. 10, art. 1757272, 2026. DOI <https://doi.org/10.3389/fsufs.2026.1757272> . Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsufs.2026.1757272> . Acesso em: 10 mar. 2026.

GASSELIN, P. et al (org.). **Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: un nouveau paradigme du développement territorial?** Versailles: Éditions Quae, 2021.

GIOMBELLI, G.P.; TECCHIO, A.; BONI, V. A construção social de um sistema de governança territorial: atuação de uma cooperativa de crédito rural na região Oeste de Santa

Catarina. *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 186–204, jan./jun. 2022. DOI <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.780>. Disponível em: <https://revistas.ufcg.edu.br/raizes/index.php/raizes/article/view/780>. Acesso em: 7 jun 2023.

LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo Oeste Catarinense. *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 150–167, jan./jun. 2022. DOI <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.786>. Disponível em: <https://revistas.ufcg.edu.br/raizes/index.php/raizes/article/view/786>. Acesso em: 18 jun 2024.

LE GALÈS, P. Gouvernance. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. (org.). *Dictionnaire des politiques publiques*. 4. ed. Paris: Sciences Po Les Presses, 2014. p. 299–307.

LIMA, L. L.; D’ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101–110, dez. 2013. DOI <https://doi.org/10.5380/rsocp.v21i48.38765>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/38765>. Acesso em: 24 ago 2022.

RIBEIRO, Marina Bustamante; CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antônio. Construção de mercados por agroindústrias familiares: análise sob a perspectiva da abordagem da cesta de bens e serviços territoriais. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, v. 14, p. 815–841, 2024. DOI <https://doi.org/10.24302/drd.v14.5425>. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5425>. Acesso em: 7 abr. 2025.

SOTOMAYOR, O. Políticas de ordenamento fundiário: construindo uma governança fundiária. In: CAZELLA, A. A. et al (org.). *Governança da terra e sustentabilidade: experiências internacionais de políticas públicas em zonas rurais*. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 63–85.

#### 4. Entre mundos em relação: dissenso ontológico e práticas de valoração em contextos amazônicos

Evandro Carlos Costa Neves<sup>7</sup>

Este trabalho parte de uma inquietação teórica e empírica construída no contexto de comunidades quilombolas no arquipélago do Marajó, no Pará. Como postura analítica, buscamos não apenas respondê-la, mas permanecer com os problemas que emergem dessas experiências, acompanhando-os sem resolvê-los de imediato. Nesse sentido, adotamos a proposição de “ficar com o problema” (HARAWAY, 2023), entendida aqui como uma forma de engajamento analítico que recusa soluções rápidas e se mantém atento às tensões que constituem as situações estudadas. Partimos do pressuposto de que certos conflitos observados empiricamente não podem ser plenamente compreendidos apenas como divergências econômicas ou institucionais, mas devem ser interpretados como expressões de um dissenso ontológico. Ou seja, trata-se de situações em que não está em jogo apenas o valor de um bem ou a forma de sua circulação, mas os próprios modos de existência que definem o que esse bem é, como deve circular e o que significa produzi-lo.

<sup>7</sup> Pós-Doutorando na Universidade Federal do Pará (UFPA)

Propomos um diálogo de tais inquietações com abordagens do desenvolvimento territorial que enfatizam a construção social de recursos e ativos, mais especificamente com a abordagem teórico-metodológica da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). A partir desse diálogo, buscamos tensionar seus pressupostos a partir das situações empíricas analisadas tendo como objetivo analisar como o dissenso ontológico se manifesta e se transforma quando diferentes regimes de valoração entram em relação, tanto em circuito de comercialização informais quanto em arenas institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Temos como referência o contexto empírico da organização coletiva do Grupo de Mulheres da Feira Quilombola, do quilombo Vila União/Campina, localizado no município de Salvaterra, na mesorregião do Marajó.

A abordagem metodológica adotada é de natureza qualitativa e articula reflexão teórica e análise de experiências de pesquisa de campo no contexto de um projeto de pesquisa realizado no âmbito da Iniciativa Amazônia+10. Dados primários foram coletados por meio de observação participante em reuniões sobre o mercado institucional (com destaque para oficinas e acompanhamento de iniciativas organizativas das agricultoras quilombolas) e aplicação de roteiro de entrevista com lideranças locais. Nessa perspectiva, as situações analisadas não são tratadas apenas como dados a serem organizados, mas como tensões a serem acompanhadas sem que haja um fechamento analítico imediato.

As experiências empíricas nos dão embasamento para argumentarmos que práticas aparentemente banais – que, em outras abordagens, poderiam ser interpretadas como parte da dinâmica de construção de valor de recursos territoriais – podem revelar conflitos entre diferentes regimes de valoração. Em um contexto de comercialização de frutos, por exemplo, agricultoras recusaram negociar o preço com compradores externos. A barganha enquanto prática comum em mercados foi interpretada pelos compradores como parte natural da negociação. No entanto, para as agricultoras, os frutos não eram apenas uma mercadoria cujo preço poderia ser ajustado conforme a interação de oferta e demanda. Esse produto incorporava relações sociais, tempos de trabalho, compromissos morais e uma forma específica de reconhecimento do seu valor. Considerando isso, mais do que explicar essa recusa como um comportamento econômico específico, a situação também desestabiliza as categorias analíticas disponíveis ao colocar em questão o que está sendo considerado como valor, troca e negociação. Negociar o preço para baixo significava naquele contexto desconsiderar esse conjunto de relações. A recusa à barganha, portanto, não se configurou como um problema de racionalidade econômica, mas refletiu a afirmação de um regime de valoração que não se reduz à equivalência monetária. Ou seja, além do preço, recusava-se uma forma de mundo na qual o valor pode ser continuamente ajustado por negociação.

Paralelamente, também observamos situações distintas – não como superação dessas tensões, mas como outra forma de lidar com elas – no contexto da oferta de produtos ao PNAE, mediada por meio da elaboração de propostas coletivas de venda de alimentos produzidos no território quilombola. Esse processo de venda exige em seu cerne institucional o cumprimento de requisitos formais, como definição de preços, elaboração de projetos e atendimento a critérios logísticos. No entanto, esse engajamento não implica uma simples adaptação das agricultoras a tais critérios. Ao contrário, temos observado que é a mobilização de práticas coletivas que tensionam, reinterpretam e reconfiguram essas exigências. A ação coletiva (BECKER, 1977) aparece como o espaço onde o dissenso ontológico não desaparece nem se resolve, mas é continuamente trabalhado e sustentado, criando condições para agir no interior dessas tensões. As agricultoras aprendem a operar dentro das regras institucionais, ao mesmo tempo em que produzem deslocamentos nos sentidos dessas regras.

A definição de preços é um exemplo particularmente revelador, sobretudo quando contrastada com a ideia de que o valor pode ser progressivamente qualificado e estabilizado por meio de

processos coletivos, conforme a abordagem da CBST. Durante oficinas realizadas com as agricultoras, emergiu uma tensão em torno dos valores estabelecidos nos editais públicos para produtos como a farinha de tapioca. Enquanto o edital atribuía preços baseados em referências externas e padronizadas, as agricultoras destacaram nas oficinas que a produção da farinha envolve maior quantidade de insumos e trabalho intensivo, além de atributos de qualidade reconhecidos localmente. Na feira organizada por elas, esses produtos alcançam valores mais elevados – e legitimados pelos consumidores. Isso nos permitiu perceber, a partir de um olhar tensionado junto com as agricultoras, a coexistência de dois regimes de valoração: um institucional, que busca objetivar o valor em termos comparáveis a partir da pesquisa de preço (na qual as agricultoras, a propósito, não participaram); e outro situado, que o enraíza em relações sociais, conhecimentos e reconhecimento territorial. Esse contraste sugere que aquilo que poderia ser descrito como “recurso” ou “ativo” não preexiste às relações, mas é precisamente o que está em disputa.

Diferentemente do caso da recusa à barganha na Feira, em que se observa uma não adesão à lógica de mercado, no contexto do PNAE as agricultoras se engajam de forma crítica, sem que isso implique a superação das tensões anteriormente descritas. É outra maneira de lidar com o dissenso ontológico, na qual a ação coletiva não opera como espaço de resolução, mas dá sustentação para que as agricultoras operem no interior dessas fricções. As oficinas e os espaços organizativos configuram-se como arenas nas quais categorias e exigências institucionais são continuamente traduzidas, tensionadas e reapropriadas à base das experiências locais. Esse processo é simultaneamente pedagógico e político, na medida em que não apenas torna as exigências burocráticas compreensíveis, mas também as desloca e transforma em algo passível de negociação sem que se elimine o que nelas permanece em disputa.

Em síntese, a análise dos dois casos sugere que o dissenso ontológico não é um evento pontual, mas uma condição que atravessa as interações entre diferentes regimes de valoração, assumindo formas distintas – ora como recusa, ora como engajamento crítico – sem que o conflito seja eliminado. Ele pode se manifestar tanto em práticas de recusa, como na não negociação do preço de determinados produtos em uma feira, quanto em formas de engajamento crítico, como na participação das agricultoras quilombolas em mercados institucionais. Em contextos de dissensos como esses, a ação coletiva emerge como dimensão central para compreender e lidar com essas dinâmicas.

No nosso esforço analítico, partimos do reconhecimento de que a abordagem da CBST, ao deslocar o olhar para o território como construção social e enfatizar o papel dos atores na qualificação e diferenciação de bens e serviços (CAZELLA et al., 2020), representa um avanço importante frente a perspectivas estritamente economicistas. No entanto, mesmo nesse deslocamento, ela tende a ser acionada de maneira funcional, como se operasse sobre um conjunto de potenciais previamente identificáveis a serem mobilizados. Isso supõe, ainda que implicitamente, que o território possa ser apreendido como uma exterioridade cujos elementos (recursos ou ativos) estariam disponíveis à identificação e posterior ativação econômica.

Ao deslocarmos o olhar a partir do dissenso ontológico, buscamos tensionar esse pressuposto: aquilo que é designado como “recurso”, “ativo”, “atributo” ou “renda de qualidade” (MOLLARD, 2001; PECQUEUR, 2005) não apenas não é evidente ou consensual, mas pode ser objeto de desacordo quanto ao que é, ao que faz e ao que pode vir a ser em um determinado território. É nesse ponto que a abordagem da CBST, ao ser colocada em diálogo com a ação coletiva, pode ser deslocada de uma ferramenta de valorização para um campo de problematização, no qual se disputa não apenas o que conta como valor (e o que resiste a ser reduzido a ele), mas também o que pode ou não vir a ser reconhecido como recurso ou ativo. Isso nos permite interpretar políticas públicas como o PNAE tanto como instrumentos de mercado quanto arenas onde diferentes modos de existência são colocados em negociação.

Assumir essa inflexão analítica implica reconhecer que a mobilização de categorias econômicas em contextos territoriais diversos não é neutra, mas exige um contínuo trabalho de tradução entre regimes de sentido distintos – um trabalho que não se resolve, mas que é sustentado ao longo das práticas analíticas e políticas. Nesse movimento, a perspectiva cosmopolítica de Isabelle Stengers (2018) também contribui metodologicamente para dar atenção às fricções que emergem quando tais categorias encontram formas locais de existência que não se deixam capturar integralmente por elas. Isso supõe *desacelerar o gesto analítico* e recusar a exclusão daquilo que escapa à prática dominante, considerando uma abertura analítica que dê tempo ao problema, evitando sua redução a uma única forma de entendimento do valor e permitindo que outras formas de conceber e valorar entrem na análise.

Dito isso, esperamos contribuir para uma leitura dos processos de desenvolvimento territorial em contexto amazônico que não se limite a oferecer respostas ou soluções, mas que permita permanecer com os problemas que emergem desses contextos, tomando-os como constitutivos das próprias dinâmicas de desenvolvimento. Não se trata somente da inserção em mercados, mas da possibilidade de sustentar e afirmar modos próprios de produzir, valorizar e existir e permitir que esses próprios problemas desloquem e transformem as categorias com as quais buscamos compreendê-los, em vez de serem reduzidos por elas.

### Referências bibliográficas

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. São Paulo: Zahar, 1977.

CAZELLA, Ademir Antonio; MEDEIROS, Monique; DESCONSI, Cristiano; SCHNEIDER, Sérgio; PAULA, Leandro Guimarães Nunes de. O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez. 2020.

CAZELLA, A. A. et al. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881> . Acesso em: 7 jul 2023.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthluceno. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

MOLLARD, Amédée. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **Économie rurale**, n. 263, p. 16-34, 2001. DOI <https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5240> . Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_263\\_1\\_5240](https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_263_1_5240) . Acesso em: 30 abr 2021.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**: revista de ciências sociais e econômicas, Campina Grande, v. 24, n. 1-2, p. 10–22, jan./dez. 2005. DOI <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/index.php/raizes/article/view/243> . Acesso em: 23 fev 2024.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 69, p. 442-464, abr. 2018. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p442-464> . Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/145417> . Acesso em: 11 mai 2025.